

Porto de Rio Grande inaugura novo calado

Investimento total de R\$ 500 milhões permitirá a operação de navios de maior porte no terminal do Sul gaúcho

/LOGÍSTICA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Uma cerimônia ontem, trans-

mitida pela internet e realizada em Porto Alegre, oficializou a homologação do novo calado do Porto de Rio Grande. Com a remoção de mais de 16 milhões de metros cúbicos de sedimentos, o calado operacional do chamado canal interno, onde estão os terminais portuários mais importantes e com o maior fluxo de cargas, passou de 12,8 metros para 15 metros (mais do que o previsto inicialmente, que era 14,5 metros). Com isso, o complexo pode receber embarcações de até 366 metros - uma diferença de 29 metros em relação à capacidade anterior, de 337 metros.

O contrato original da dragagem foi assinado em julho de 2015 e o consórcio vencedor da disputa para realizar o serviço foi formado pelas empresas Jan de Nul do Brasil e Dragabrás, que feche-

ram na época o acordo por R\$ 368,6 milhões (recurso proveniente da União). Porém, conforme informações do governo federal, o aporte final ficou próximo de R\$ 500 milhões.

O evento, no Palácio Piratini,

contou com as presenças do governador Eduardo Leite, do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e do superintendente dos Portos do Rio Grande do Sul, Fernando Estima, entre outras autoridades.

Após oficializar o aumento de seu calado, o porto de Rio Grande elabora para 2021 a licitação de áreas para movimentação de cargas como arroz, velucos, grãos sólidos e líquidos, entre outros itens. Neste momento inicial, estão em fase adiantada para serem leiloadas pelo menos cinco espaços, que somam em torno de 225 mil metros quadrados (a maior delas é a do pátio automotivo, com 102 mil metros quadrados). Também deverão ser postos em disputa mais dois terrenos no porto de Porto Alegre e outro em Pelotas, os dois primeiros alcançando cerca de 42 mil metros quadrados (ficam situados onde se encontra a Cesa e a empresa Serra Morena) e o último 21 mil metros quadrados.

O superintendente Fernando Estima detalha que o empreendimento pelotense trata-se do terminal de toras de madeira operado pela CMPC, que fez um contrato transitório e agora vai a leilão, mas com a tendência que seja arrematado pela própria companhia que já atua no local. Quanto



FELIPE DALILA VALLE/PALACIO PIRATINI/DIVULGAÇÃO/JC

O governador Eduardo Leite e o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, durante o evento

a Rio Grande, o diretor de portos interiores da Superintendência dos Portos do Rio Grande do Sul, Bru-

no Almeida, acrescenta que, além dessas áreas iniciais, há outros terrenos que mais adiante poderão ser arrendados somando no total aproximadamente 2 milhões de metros quadrados. "A mudança é que o porto não precisará fazer a gestão desses espaços e sim algum

operador portuário ou empresa interestessada", complementa Estima.

O ministro da Infraestrutura enfatizou que a dragagem recoloça o porto gaúcho na rota do comércio internacional e permite que seja um concentrador de cargas. Por sua vez, o governador comentou que, a partir do próximo ano, a ideia é que seja feita uma dragagem permanente do com-

plexo, que será bancada através de recursos de tarifas portuárias. A perspectiva é desembolsar de R\$ 30 milhões a R\$ 40 milhões, anualmente. Leite adianta ainda que o governo do Estado está encaminhando uma equalização da tributação para a importação feita pelo porto de Rio Grande para tornar mais atraente a entrada de cargas pelo Rio Grande do Sul.

União retira poligonal portuária do Cais Mauá

Outra ação ressaltada pelo governador foi a retirada da poligonal portuária (limites físicos de um porto) do espaço que será destinado à revitalização do Cais Mauá, na capital gaúcha. Ele explica que essa ação faz com que a área passe a ser simplesmente um terreno

alienado para viabilizarmos os investimentos na área dos antigos armazéns que será concedida", comenta o governador.

A revogação do decreto que definia a área do Porto Organizado de Porto Alegre, incluindo toda a infraestrutura portuária, foi autorizada na Portaria 155, publicada no Diário Oficial da União no último dia 20, e que entra em vigor na próxima segunda-feira (2/11).

O complexo junto à orla do Guaíba foi concedido em 2010, com autorização do governo federal, pelo período de 25 anos, mas infrações cometidas pela concessionária levaram à rescisão do

contrato em maio de 2019. O Estado permitiu a continuidade das obras já iniciadas por uma empresa terceirizada, com quem assinou pré-contrato em junho, de forma a entregar espaços de entretenimento e serviços à população no menor tempo possível.

Paralelamente, o governo segue, através da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, com o processo de modelagem, por meio de acordo de cooperação técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para definir a melhor forma de gestão e revitalização de todo o trecho do cais.

Duplicação da BR-116 alcançará 121 quilômetros até o final do ano

Não foi apenas do modal aquaviário que tratou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, durante a sua visita ao Rio Grande do Sul. O dirigente informou que já foram duplicados 93 quilômetros da BR-116 e, ainda em 2020, mais 28 quilômetros deverão ser acrescidos a esse número. As obras de duplicação envolvem no total 211,2 quilômetros, entre Guaíba e Pelotas, e devem ser concluídas no próximo ano.

Sobre a nova ponte do Guaíba, o ministro adianta que ao final de novembro ou começo de dezem-

bro a ligação deverá ser liberada ao trânsito de veículos, estando parcialmente pronta. Quanto aos trabalhos de expansão da pista do aeroporto Salgado Filho, em mais 920 metros, o que deixará a estrutura com 3,2 mil metros de extensão, Freitas diz que a iniciativa está em fase bastante avançada.

O ministro destacou ainda que foram entregues, nesta segunda-feira, obras no aeroporto de Santa Maria, como ampliação de pátio e sistema de balizamento. O investimento do governo federal foi de R\$ 9 milhões.

CCGL investirá R\$ 700 milhões em terminais graneleiros no porto rio-grandino

Com as mudanças planejadas para o Porto de Rio Grande, a Cooperativa Central Gaúcha (CCGL), que opera os terminais Termasa e Tergrasa, confirmou que investirá R\$ 700 milhões em suas estruturas que estão localizadas den-

tro do complexo portuário. Com a ampliação, a capacidade de escoamento de produtos agrícolas da CCGL será quadruplicada.

"Há 28 anos aconteceu o último investimento em pier para atracação de navios graneleiros no Por-

to de Rio Grande. Nesse período, as safras no Rio Grande do Sul aumentaram em 300%", destacou o presidente da CCGL, Caio Vianna, em vídeo gravado para a cerimônia de homologação do novo calado. Segundo o executivo, a cooperati-

va vem planejando o investimento portuário há 12 anos. "Só agora, com os novos regramentos e a vontade política dos governos federal e estadual, vamos fazer a ampliação", comentou Vianna.

Atualmente, o chamado fluxo de expedição dos terminais da CCGL é de 1,5 mil toneladas por hora. Com a expansão, passará para 6 mil toneladas por hora. A capacidade de armazenagem irá subir de 278 mil toneladas para 778 mil toneladas.